

José Cruz



Sarney: "nenhuma ligação pode ser feita entre a minha Presidência e o fato objeto da reportagem"

## Sarney nega favorecimento a empresa de neto

Presidente do Senado envia carta aos parlamentares contestando matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*

**N**a carta, José Sarney ressalta que a autorização do Senado para que a Sarcris, empresa do seu neto José Adriano Cordeiro Sarney, operasse na concessão de crédito consignado foi concedida em maio de 2005, quando Sarney

não ocupava cargo na Mesa diretora. Lembra que quando assumiu a Presidência do Senado, em fevereiro, a Sarcris já não operava mais no Senado. "Quero reafirmar que nenhuma denúncia ficará sem apuração", afirma Sarney. **4 e 5**



Gerardo Magalhães

Virgílio acusa adversários políticos e apresenta denúncia contra Sarney ao Conselho de Ética

## Virgílio chama IstoÉ de "central de chantagem"

Senador explica episódio em que, com cartões bloqueados no exterior, solicitou ajuda a assessor

**E**m discurso que durou mais de três horas e meia, o senador Arthur Virgílio contestou denúncias da revista *IstoÉ*, atribuindo-as a intriga de Gilberto e Egberto Miranda, seus adversários no Amazonas. Virgílio defendeu a saída de

José Sarney da Presidência do Senado e condenou as supostas tentativas do ex-diretor-geral Agaciel Maia de transformá-lo em seu cúmplice. Também sugeriu medidas para dar mais transparência às atividades do Senado. **4 e 5**

## Mozarildo pede fim de barganha na liberação de emendas



Moneira Moitz

Mozarildo Cavalcanti solicitou investigação sobre um suposto sistema de troca de apoios ao governo no Congresso pela liberação de verbas decorrentes de emendas parlamentares ao Orçamento. "É inadmissível continuarmos convivendo com essa prática imoral e desonesta", afirmou o senador, que citou depoimentos de parlamentares e autoridades confirmando a existência da barganha. **6**

Mozarildo estranha o Ministério Público não interferir na liberação de verbas das emendas

## Dornelles apoia IPI menor para carro e material de construção



Moneira Moitz

Sem a redução da carga tributária, a desaceleração da economia teria sido maior, com efeitos negativos na geração de emprego e renda e, consequentemente, com maior queda da arrecadação. Com esse argumento, Francisco Dornelles aplaudiu a decisão do governo de renovar a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros, eletrodomésticos e material de construção. **6**

Para Francisco Dornelles, a geração de emprego e renda é o essencial agora

## Senadores condenam golpe de Estado em Honduras

Para Mercadante, deposição de Manuel Zelaya foi uma grave afronta a todas as democracias da América Latina. José Nery afirma que os democratas de todo o mundo exigem a retomada imediata da regularidade e da normalidade no país centro-americano. **5**

### Código de DEFESA DO CONSUMIDOR

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



Depois de conversar com o presidente Lula, senador manifesta expectativa de decisão favorável a projetos que acabam com fator previdenciário e reajustam vencimentos

# Decisão sobre aposentados será tomada logo, diz Paim

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) informou ao Plenário que o presidente Lula lhe disse, em rápido encontro em Porto Alegre, na última sexta-feira, que o governo deve decidir nas próximas horas sobre os projetos que estão no Congresso e que concedem aumentos acima da inflação aos aposentados do INSS. Paim afirmou estar esperançoso, pois percebeu sensibilidade no presidente ao falar do assunto.

Hoje, segundo o senador, lideranças governistas terão uma reunião na Câmara sobre como irão se comportar em relação ao PLS 296/03 e ao PLC 42/07 – as duas propostas estão prontas para votação dos deputados. O primeiro, de Paulo Paim, acaba com o chamado fator previdenciário. O segundo, que trata de aumentos para o salário mínimo, recebeu uma emenda de Paim para que os reajustes do mínimo sejam estendidos aos aposentados.



Paim diz que notou sensibilidade no presidente da República

No mesmo discurso, Paim falou das conclusões da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que terminou no domingo em Brasília. No encontro, informou, foram aprovadas várias propostas, entre elas a recomendação de que o governo institua um programa de primeiro emprego para comunidades negras, povos indígenas, etnias ciganas

e comunidades tradicionais de terreiros.

## Pandemia

Paulo Paim lamentou que a gripe A – como a Organização Mundial da Saúde denomina a gripe suína – esteja se espalhando no país e que um gaúcho que viajara à Argentina tenha morrido. Informou que duas cidades do Rio Grande do Sul decretaram estado de emergência, com a suspensão de aulas – São Gabriel e Erechim. Ele observou que o Ministério da Saúde vem fazendo um trabalho sério, mas é preciso que a população redobre sua atenção.

Em aparte, o senador Mário Couto (PSDB-PA) opinou que, depois de uma fase em que mostrou eficiência, o Ministério da Saúde parece haver relaxado o controle sobre a doença e, atualmente, 627 brasileiros já foram contaminados pela gripe A.

# Mário Couto aponta caos na segurança pública do Pará



Senador afirma que área de saúde no Pará também enfrenta dificuldades

O senador Mário Couto (PSDB-PA) afirmou ontem que a segurança pública do estado do Pará enfrenta atualmente uma situação caótica. O parlamentar citou um episódio recente para ilustrar o caos na segurança paraense: dois policiais foram assaltados e jogados em um canal de esgoto em Belém, no último fim de semana.

– A condição é precária, a violência é extrema e a governadora não toma nenhuma providência – afirmou Mário Couto, creditando à governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, a responsabilidade pela crescente violência no estado.

Mário Couto disse que as forças policiais do Pará enfrentam problemas como a falta de armamento, baixas remunerações e poucos postos policiais em atividade. Como exemplo do que chamou de “desmoralização da polícia paraense”, o senador relatou o caso dos dois policiais militares que foram assaltados, tiveram seus coletes e pistolas levados pelos bandidos e depois foram empurrados no canal de esgoto.

– Chegamos à desmoralização da polícia e, quando se chega à desmoralização de uma polícia, se entra no caos. A segurança pública do estado do Pará está no caos – disse o senador.

## Saúde

Mário Couto também criticou a área de saúde do Pará, que, segundo ele, também passa por dificuldades. Ele lembrou que dezenas de bebês morreram na Santa Casa de Belém ano passado.

Em apartes, Papatéo Paes (PSDB-AP) e Mão Santa (PMDB-PI) elogiaram o pronunciamento e testemunharam que a segurança pública e a saúde do Pará passam por sérios problemas.



Mão Santa saúda empreendedorismo dos produtores rurais do Piauí

# Mão Santa registra feira agropecuária em Bom Jesus

A realização, no último final de semana, da feira agropecuária Agrishow, em Bom Jesus, no Piauí, foi destacada por Mão Santa (PMDB-PI). O senador recebeu o diploma Parceiros do Progresso durante o evento.

O parlamentar saudou o empreendedorismo dos produtores locais, destacando que 64 empresas participaram do evento. A feira movimentou R\$ 142 milhões em máquinas e produtos agrícolas. Mão Santa ressaltou ainda que os cerrados piauienses são uma das áreas que mais se desenvolvem no Nordeste, o que justificaria investimentos de infraestrutura na região.

# Suplicy: pesar pela morte de Goffredo da Silva Telles



Suplicy lê a “Carta aos Brasileiros”, na qual jurista defende a redemocratização

Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu voto de profundo pesar pelo falecimento do jurista Goffredo da Silva Telles. “A democracia e a ética na vida política perderam um dos seus mais ferrenhos defensores”, disse o senador.

Goffredo faleceu no sábado, aos 94 anos, em São Paulo.

– Em 8 de agosto de 1977, quando era presidente o general Ernesto Geisel, ele entrou para a história com a “Carta

aos Brasileiros”, lida por ele no pátio da Faculdade de Direito de São Paulo. O documento se tornou um marco histórico do processo de redemocratização do país – afirmou Suplicy.

O jurista era professor emérito da Universidade de São Paulo (USP). Foi deputado constituinte em 1946, deputado federal de 1946 a 1950 e secretário de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo em 1957.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Pauta do Plenário trancada por MPs

A sessão é deliberativa, às 14h. A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão que trata do programa Minha Casa, Minha Vida e atribui à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) as funções de apurar, constituir,

fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (PLV 12, proveniente da Medida Provisória 460/09). Constam ainda da pauta duas MPs que abrem créditos extraordinários para diversos órgãos de Executivo.

## Homenagem à confederação de servidores públicos

O presidente do Senado, José Sarney, preside às 11h a sessão especial em homenagem à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, em seu 50º aniversário. Às 16h, preside a ordem do dia, e às 17h participa, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, do lançamento do livro *Notas para uma história do Judiciário no Brasil*, de autoria de Carlos Fernando Mathias.

## Renegociação de dívidas de produtores rurais

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne às 9h30 para analisar, entre outros itens, proposta que dispõe sobre a renegociação de dívida dos produtores rurais relativa a financiamentos com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O primeiro item da pauta é o substitutivo ao projeto que dispõe sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

## Lançamento do portal LexML no Interlegis

O lançamento da Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML) – portal que reúne informações legislativas e jurídicas em linguagem unificada, de maneira integrada e organizada – ocorre às 10h no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

## CAE discute mudanças no IRPF

O projeto que institui o parcelamento do pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e o que reduz alíquota da tabela progressiva do IR incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas estão entre os dez itens em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne às 10h. Ainda em análise, proposta sobre títulos da dívida do agronegócio.

## Incentivo para técnico de audiovisual

Às 11h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa proposta que acrescenta dispositivo à Lei Rouanet (8.313/91) a fim de incluir os projetos de aprimoramento profissional para áreas do audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Entre os 23 itens em pauta, está ainda o que objetiva permitir ao estudante beneficiário do Programa Universidade para Todos (ProUni) solicitar transferência para outra instituição participante do programa.

## Audiência sobre energia solar

Audiência pública às 11h30, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), debate o emprego da energia solar no Brasil e a ampliação da participação dessa fonte na matriz energética nacional. Entre os convidados, estão o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, e o representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Mozart Siqueira.

## Grupo de trabalho debate projeto Copa Limpa

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza, às 14h30, reunião do grupo de trabalho Projeto Copa Limpa, formado pelos membros da comissão e por integrantes dos ministérios do Esporte, Turismo, Meio Ambiente e representantes da Casa Civil da Presidência da República e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).



José Cruz

Proposta está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça

## Projeto retira sigilo bancário de presidente, vice e parlamentares

O sigilo bancário poderá deixar de abranger o presidente e o vice-presidente da República, os ministros de Estado, os senadores, os deputados federais, os dirigentes partidários e os presidentes e diretores de entidades da administração direta e indireta. É o que propõe o texto substitutivo do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a projeto de lei da Câmara que cria o Cadastro Nacional Centralizado de Correntistas. A matéria pode ser votada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Suplicy argumenta que “o instituto do sigilo bancário aplicável aos particulares em geral não pode ser extensivo aos agentes que atuam no setor público”, os quais não podem, conforme o relator, utilizar “o

manto do sigilo bancário” para ocultar bens e movimentações bancárias. Para Suplicy, a transparência dos agentes públicos nos atos da vida civil “é componente da ética que deve presidir a tradição republicana”.

Suplicy explica que a medida se inspirou em projeto (PLS 194/05 – Complementar) apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) que tramitava em conjunto com o PLC 47/03 – Complementar, a ser votado pela CCJ. Embora tenha formalmente rejeitado a proposta de Simon, Suplicy disse tê-la aproveitado, integralmente, em seu substitutivo. Conforme o texto, as instituições financeiras ficarão obrigadas a comunicar ao Banco Central a relação de seus clientes para compor banco de dados.



Waldemir Barreto

Comissão acompanha resultados de investigação da PF sobre exploração sexual

## CPI da Pedofilia ouve 24 depoimentos no Amazonas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia está no Amazonas para realizar, até hoje, diligências e audiências públicas sobre denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes na capital e no interior do estado. Em 2008, a Polícia Federal, na Operação Vorax, desbaratou uma rede de acusados dessas práticas na região.

Ao todo devem ser ouvidas 24 pessoas em dois dias de permanência no estado. Ontem a CPI ouviu testemunhas – como o pai de uma das jovens vítimas – que explicaram o funcionamento da rede de pedofilia. Segundo as testemunhas, uma agência de modelos que recrutava adolescentes era o disfarce usado. No esquema, também havia uma clínica de aborto, que fazia intervenções utilizando medicamentos quando as jovens engravidavam.

O caso envolve empresários, autoridades e políticos da região. De acordo com o presiden-

te da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), o prefeito do município de Coari, Adail Pinheiro, é um dos principais envolvidos. Um ex-assessor de Pinheiro foi ouvido ontem. Segundo Malta, seu depoimento foi tão contundente que se discute a possibilidade de beneficiá-lo com a delação premiada.

Hoje a CPI estará em Coari. Serão ouvidos o presidente da Câmara Municipal, além do próprio prefeito, acusado de violência sexual contra uma adolescente de 12 anos. A mãe da menina, segundo documento apresentado à CPI em dezembro passado, teria informado à Polícia Federal que estaria sendo ameaçada por autoridades de Coari e pressionada a retirar as acusações.

Magno Malta destacou o sentimento de impunidade existente na sociedade amazônica, devido ao fato de todos os presos preventivamente pela Polícia Federal, no ano passado, já estarem fora da cadeia.

## CCJ debate garantia à atuação dos advogados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discute na quinta-feira, em audiência pública, projeto de lei que torna crime, com pena de detenção de seis meses a dois anos, a violação de direitos e prerrogativas dos advogados, como impedir ou limitar a atuação profissional.

Pela proposta (PLC 83/08), caberá ao conselho seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) solicitar ao delegado de polícia a abertura de inquérito policial por violação aos direitos e às prerrogativas dos advogados.

Foram convidados para o debate o presidente da OAB, Raimundo Cezar Britto Aragão, e os presidentes de cinco associações: Fernando Baptista, dos juízes federais; Airtton Pires, dos magistrados; José Cosenzo, dos membros do Ministério Público; Sandro Avelar, dos delegados da Polícia Federal; e Antonio Carlos Bigonha, dos procuradores da República.

Após a audiência pública, a CCJ deve examinar uma pauta de 18 itens, entre eles a proposta (PEC 38/06) do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) que determina que as eleições para presidente da República não mais coincidirão com as eleições para governadores, deputados estaduais e distritais.

## Maior controle sobre os fundos de pensão

Novos parâmetros de transparência e controle sobre as entidades fechadas de previdência complementar – os fundos de pensão – poderão ser aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na reunião de amanhã. As medidas integram projeto de lei (PLS 22/09 – Complementar) do senador Pápaléo Paes (PSDB-AP) que recebeu relatório favorável do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A proposta altera a Lei Complementar 109/01 – marco regulatório das entidades de previdência complementar – para ampliar a atuação do Poder Legislativo no controle e na fiscalização do setor. A primeira mudança sugerida se refere à sabatina, pelo Senado, de todo indicado pela Presidência da República para dirigir órgão fiscalizador e regulador dos fundos de pensão.

A CCJ pode votar também a regulamentação da atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em terras indígenas, especialmente as localizadas em faixa de fronteira. A questão é tratada em projeto de lei (PLS 69/04 – Complementar) do senador Augusto Botelho (PT-RR) e conta com parecer pela aprovação, com emenda, do senador Neuto de Conto (PMDB-SC).

Medida provisória, que tranca a pauta, também desonera compra de motos e aumenta impostos sobre o cigarro

# MP incentiva construtoras de moradia popular

A MEDIDA PROVISÓRIA que concede benefícios fiscais para construtoras de imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida tem prioridade de votação sobre os demais itens da pauta da sessão deliberativa de hoje. Além de incentivar a participação no programa federal de habitação, a MP reduz tributos sobre motocicletas, aumenta impostos sobre cigarros e concede isenção tributária na compra de cadeira de rodas e próteses por pessoas com deficiência.

A MP 460/09 foi transformada em projeto de lei de conversão (PLV 12/09) porque sofreu modificações na Câmara dos Deputados. Uma das mudanças feitas estendeu os benefícios tributários destinados ao programa Minha Casa, Minha Vida às obras contratadas a partir de 31 de março de 2009. Pela texto original, seriam beneficiadas somente obras já iniciadas nessa data. Esse benefício é destinado a construções de até R\$ 60 mil – conforme estabelece a MP 459/09, que dispõe sobre o programa – e vale até 31 de dezembro de 2013.

O aumento de tributos sobre o cigarro previsto no projeto compreende o índice a ser aplicado pelos fabricantes sobre o preço de varejo para encontrar a base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que passa de 169% para 291,69%, e a base de cálculo da contribuição para o PIS/Pasep, cujo coeficiente multiplicador passa de 1,98 para

3,42, o que representa aumento de 72%. Esses novos valores se aplicam a partir de 1º de julho de 2009.

Para incentivar a fabricação e a importação de motocicletas, a MP reduz de 3% para zero a alíquota da Cofins incidente sobre a receita bruta da venda, no mercado interno, de motocicletas de cilindrada inferior ou igual a 150. Esse benefício – que vale para os meses de abril a junho de 2009 – não se aplica às receitas auferidas pela empresa revendedora na venda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária.

**Pessoa com deficiência ganhou isenção de Cofins e PIS/Pasep sobre cadeira de rodas e próteses**

A medida provisória também concede às pessoas com deficiência isenção do PIS/Pasep e da Cofins na compra de bens como cadeira de rodas, próteses, entre outros.

## Cartões

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o senador Adelmir Santana (DEM-DF) apresentaram emenda ao PLV 12/09 com o objetivo de autorizar a cobrança de preços diferentes nos pagamentos realizados com cartão de crédito em relação aos preços pagos à vista na venda de bens ou na prestação de serviços. Ideli informou que a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), disse que vai aceitar a emenda. Para Ideli, são necessárias, além dessa, outras mudanças no mercado de cartões para diminuir os preços do aluguel das máquinas e as taxas cobradas dos comerciantes.

## Homenagem a entidade sindical de servidores

O Senado realiza hoje, às 11h, sessão especial para comemorar os 50 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), a pedido do senador Paulo Paim (PT-RS).

A CSPB é uma entidade sindical que representa os servidores públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, e integra o sistema de confederações da representação sindical no país.

A partir da Constituição de 1988, a entidade passou a ter novas prerrogativas, entre as quais a de ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de leis e normas federais. Fundada em 1958, a CSPB começou a estruturar-se em setembro de 1952, quando foi fundada a União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP).

## Senado comemora os 15 anos do Plano Real

Os 15 anos do Plano Real serão lembrados amanhã às 10h em sessão especial solicitada pelo senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB. Implantado em 30 de junho de 1994, a partir da edição da Medida Provisória 452/94, o plano estabilizou a economia e resgatou o papel da moeda no país.

O programa brasileiro de estabilização econômica é considerado o mais bem-sucedido de todos os planos lançados no país para combater a inflação crônica, que foi dominada sem congelamentos de preços, confisco de depósitos bancários ou outros artificialismos da heterodoxia econômica tentados anteriormente. Possibilitou ainda, num primeiro momento, rápida retomada do crescimento.

Sarney diz que carta visa esclarecer fatos "deturpados por imprecisões, omissões e falsas ilações"



# Sarney afirma a senadores que não ajudou neto

Presidente do Senado nega que empresa Sarcris tenha sido favorecida na concessão de empréstimos consignados em convênio com o banco HSBC

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, enviou aos outros 80 senadores carta datada de sexta-feira negando que a Sarcris, empresa do seu neto José Adriano Cordeiro Sarney, tenha sido favorecida na concessão de empréstimos consignados (com desconto em folha) em convênio com o banco HSBC a funcionários do Senado.

No documento, Sarney diz que deseja esclarecer fatos relacionados à denúncia publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de que José Adriano teria sido favorecido. O senador assinala que a autorização da Casa para que o banco HSBC operasse com crédito consignado foi concedida em maio de 2005, quando ele não ocupava cargo na Mesa diretora.

"A empresa da qual é sócio José Adriano, a Sarcris, começou a operar em 11 de setembro de 2007, portanto, dois anos depois da autorização. A empresa atuou como parceira do banco (HSBC) num mercado que inclui empresas privadas e instituições públicas. Quando assumi a Presidência em fevereiro (de 2009), a

Sarcris já estava descredenciada pelo HSBC e não operava mais no Senado. Assim, nenhuma ligação pode ser feita entre a minha Presidência e o fato objeto da reportagem", afirmou o presidente.

A carta, assinala Sarney, destina-se a esclarecer fatos que teriam sido "deturpados por imprecisões, omissões e falsas ilações" na reportagem publicada na edição da última quinta-feira.

Sarney anexou à correspondência ofício enviado ao ministro da Justiça, Tarso Genro, pedindo que a Polícia Federal investigue "todos os empréstimos consignados no Senado e as empresas que os operam" e encaminhou aos parlamentares cópia da carta enviada por José Adriano ao *Estado de S. Paulo* e nota do HSBC.

"Quero reafirmar que nenhuma denúncia ficará sem apuração e que todas as medidas estão sendo adotadas com firmeza e decisão", frisou Sarney.

Na carta ao jornal, José Adriano esclarece ser economista e administrador com pós-graduação nas universidades Sorbonne

(França) e Harvard (Estados Unidos). Trabalhou no HSBC e, por isso, teria conseguido credenciar a empresa Sarcris junto àquele banco quando começou a operar em Brasília.

José Adriano esclareceu ainda que o HSBC fornece crédito a funcionários públicos desde 1995. O neto do presidente Sarney conclui dizendo que nunca teve qualquer favorecimento e que é um profissional qualificado.

Já o HSBC informa que o convênio foi firmado com a Sarcris em maio de 2005 e que o banco fazia negócios com outras cinco empresas. Desde fevereiro de 2009, porém, o banco desativou todas as parcerias com as seis empresas que prestavam serviço de correspondentes bancários ao HSBC.

O banco acrescenta que, no total, realizou empréstimos consignados a funcionários do Senado no valor de cerca de R\$ 27 milhões. Desses, R\$ 3.650.692,15 representaram negócios com a Sarcris, que recebeu pelo serviço comissões no valor de R\$ 181.935,42.

## A íntegra da carta do presidente do Senado

"Brasília, 26 de junho de 2009.

Em face de reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição do último dia 25, julguei do meu dever pedir um pouco de sua atenção para repor a verdade dos fatos, ali deturpados por imprecisões, omissões e falsas ilações.

No mesmo dia da publicação da reportagem, quinta-feira, o HSBC divulgou uma nota que, lamentavelmente, não mereceu o mesmo destaque da falsa denúncia. Nela, o banco esclarece a cronologia dos fatos e os modestos resultados empresariais que, por si sós, calam quaisquer insinuações de favorecimento. Peço-lhe ler a nota do HSBC.

A autorização do Senado – peço fixar essa data – para operar em crédito consignado com o HSBC foi em maio de 2005, quando eu não ocupava nenhum cargo na Casa. A empresa da qual é sócio José Adriano Sarney, a Sarcris, começou a operar em 11 de setembro de 2007, portanto, dois anos depois da autorização. A empresa atuou como parceira do banco num mercado que inclui empresas privadas e instituições públicas. Quando assumi a Presidência em fevereiro, a Sarcris já estava descredenciada pelo HSBC e não operava mais no Senado.

Assim, nenhuma ligação pode ser feita entre a minha

presidência e o fato objeto da reportagem.

Quero também comunicarlhe que pedi à Polícia Federal que investigue todos os empréstimos consignados no Senado e as empresas que os operam.

Faço juntar, para seu conhecimento, a carta encaminhada por meu neto ao *O Estado de S. Paulo*, a nota do HSBC com mais detalhes sobre o assunto e o meu pedido de investigação à Polícia Federal.

Quero reafirmar que nenhuma denúncia ficará sem apuração e que todas as medidas estão sendo adotadas com firmeza e decisão.

Com os meus cumprimentos."

# Virgílio desme representação

Senador chama *IstoÉ* de "central de chantagem" e diz que a publicação

ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) respondeu, em discurso que durou mais de três horas e meia, reportagem da revista *IstoÉ* segundo a qual ele obteve, por intermédio de um assessor de seu gabinete, R\$ 10 mil junto ao ex-diretor-geral Agaciel Maia para pagar hospedagem em Paris.

Ele explicou que solicitou ajuda a um assessor porque seus cartões de crédito estavam bloqueados. O parlamentar fez uma proposta: a abertura do seu sigilo bancário e o de Agaciel Maia para saber se o ex-diretor realmente pagou a sua conta de hotel. Virgílio também apresentou cartões de embarque, contas, recibo de depósito e toda a documentação referente à viagem para provar que utilizou milhagem aérea.

Arthur Virgílio atribuiu a tentativa de implicá-lo nas irregularidades que teriam sido cometidas pelo ex-diretor aos irmãos Gilberto Miranda Batista e Egberto Miranda Batista, seus adversários políticos no Amazonas. O senador disse que a revista "vende opinião" e classificou-a como uma "central de chantagem".

O senador garantiu que não silenciará até que o presidente do Senado, José Sarney, seja substituído, pois



Arthur Virgílio ocupou tribuna por três horas e meia

"não tem mais a mínima condição moral de permanecer à frente da direção desta Casa".

– Quero a saída da Presidência da Casa do presidente José Sarney. Funciona muito ao contrário comigo esse tipo de coisa – afirmou.

## Representação

Virgílio também apresentou, em caráter pessoal e não como líder do PSDB, uma denúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o presidente do Senado. Ele justificou a iniciativa com reportagem que apon-

## Senadores manifestam solic

Dez senadores apartearam ontem o discurso de Arthur Virgílio. A maioria manifestou solidariedade ao senador ante a reportagem da revista *IstoÉ*. Eles também voltaram a negar qualquer responsabilidade sobre a ausência de publicação dos chamados atos secretos. Um dos senadores, Wellington Salgado (PMDB-MG), defendeu José Sarney, sustentando que Virgílio fora injusto com o presidente do Senado.

Wellington Salgado disse que não se pode comparar as denúncias con-

tra o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi com a atuação do neto de Sarney, pois este fora autorizado legalmente pelo HSBC.

Heráclito Fortes (DEM-PI) ressaltou que as investigações do Senado estão adiantadas e que a Casa já começa a tomar providências. Ele agradeceu as sugestões de Virgílio para dar mais transparência ao Senado.

Papaléo Paes (PSDB-AP) concordou com as sugestões de Virgílio para solucionar a crise e voltou a criticar a divulgação de uma lista com 37

## "Sarney deve tomar providências quanto ao Conselho de Ética"

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), acredita que, ainda nesta semana, o presidente do Senado, José Sarney, tomará providências para a eleição dos 15 integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que está vazio desde março deste ano.

Os partidos indicam os integrantes desse colegiado por critérios de proporcionalidade. Todos já indicaram, à exceção de dois. Os partidos também devem enviar documentos concernentes a cada indicado, como declaração de atividades econômicas e de Imposto de Renda. Depois dessas providências, os integrantes do Conselho de Ética têm de ser eleitos em Plenário.

Heráclito disse que a saída de três diretores e de um chefe de gabinete "são ajustes normais, tendo em vista que temos nova direção na Casa". São eles: Aloysio Novais Teixeira, diretor da Secretaria de Patrimônio;

Sebastião Fernandes Neto, diretor da Secretaria de Coordenação e Execução; Dimitrius Hadjinicolau, chefe de gabinete da Secretaria de Estágios; e Shalon Granato, diretor da Secretaria de Controle Interno, que pediu para deixar o cargo.

O senador afirmou ainda que, também nesta semana, a Comissão de Sindicância incumbida de apurar responsabilidades pela edição de atos secretos deverá lhe apresentar as informações levantadas. Ao contrário da recomendação da Procuradoria-Geral da República, que sustenta a nulidade de todo ato que não tenha sido publicado, Heráclito acha que a anulação deve contemplar somente os atos que tenham causado prejuízos à Casa. Como exemplo, ele observou que um ato que tenha causado a nomeação de um diretor, posteriormente afastado, e que não tenha gerado nenhum prejuízo ao Senado deve

# Ante revista e faz contra Sarney

ão é usada por adversários políticos para forçá-lo a se calar sobre crise por que passa a Casa



Geraldo Magalhães

de Recursos Humanos] – frisou. Virgílio também se referiu a Alexandre Gazineo, que substituiu Agaciel na Diretoria-Geral do Senado, afirmando que, embora não quisesse ser injusto, tinha dúvidas se ele merecia permanecer nos quadros do Senado.

O senador defendeu “uma investigação dura” sobre “as correlações possíveis de todos os presidentes” e primeiros-secretários do Senado durante os 14 anos em que Agaciel Maia ocupou a Diretoria-Geral.

Arthur Virgílio assumiu total responsabilidade pela autorização para que um funcionário seu, Carlos Alberto Nina Neto, cursasse pós-graduação no exterior no período de maio a julho de 2005 e de outubro de 2005 a novembro de 2006.

– Esse é um erro que cometi e é um erro pelo qual mereço ser, sim, criticado – afirmou o senador.

Ele também rebateu a informação de que sua mãe seria sua dependente no plano de saúde do Senado. Explicou que ela, paciente do mal de Alzheimer, era pensionista e dependente do seu pai, que também

foi senador. Assinalou que a mãe nem sequer sabia que podia recorrer ao Senado e não o fez por muitos anos. Acrescentou que foi um amigo da família, o procurador aposentado da Fazenda Nacional Armando Marques da Silva, quem revelou a ela o direito de receber ressarcimento pelo tratamento, por ser viúva do ex-senador Arthur Virgílio Filho.

Arthur Virgílio condenou as supostas tentativas de Agaciel Maia de tentar transformá-lo em seu cúmplice, quando o acusa de ilegalidades, dizendo que o ex-diretor “é cúmplice de um bando de senadores covardes, que não estão tendo coragem de apresentar a face”.

– Nós temos o dever de saber quais são esses senadores covardes, corruptos, que protegeram esse desmando o tempo inteiro, porque ele não ficou aí sozinho – afirmou.

Virgílio ainda propôs a devolução de servidores de outros órgãos e o retorno dos servidores do Senado que estejam requisitados; o recadastramento de servidores efetivos, comissionados e terceirizados; a proibição de aditivos em contratos; e a redução no número de cargos comissionados nos gabinetes.

## Variedade ao líder do PSDB

senadores que teriam a ver com a chamada lista de atos secretos. Disse que quase todos já foram à tribuna para afirmar que os atos que os envolviam eram nomeações ou demissões corriqueiras de servidores de gabinete.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) leu parte dos atos que assinou quando estava na Presidência do Senado. Todos eles, ressaltou, publicados normalmente. Garibaldi disse a Virgílio que pode contar com ele para que tudo possa ser apurado.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

afirmou que os únicos atos secretos que conhece são do Poder Executivo, que alega razões de Estado para baixá-los.

Mário Couto (PSDB-PA) ressaltou que as pessoas que querem atingir Virgílio investigaram tudo e não encontraram nada que o incriminasse. Marisa Serrano (PSDB-MS) observou que a estratégia do grupo que não quer investigações é a de diluir a culpa de alguns para todos os 81 senadores, porque assim ninguém pode ser responsabilizado.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ver a mão do governo na crise do Senado, pois ela tira das manchetes dos jornais a CPI da Petrobras defendida pelas oposições. Gilberto Goellner (DEM-MT) sugeriu que o Senado pare de discutir assuntos administrativos em Plenário, voltando a debater matérias importantes.

José Nery (PSOL-PA) informou que o seu partido irá protocolar hoje, ao meio-dia, no Senado uma representação contra José Sarney no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

## Inquérito para apurar denúncia de Demostenes contra Agaciel

A pedido de Demostenes Torres (DEM-GO), a Polícia Legislativa do Senado instaurou na última sexta-feira inquérito policial para apurar a denúncia de que o ex-diretor-geral da Casa Agaciel Maia nomeou uma funcionária para o gabinete do senador mediante ato secreto do qual Demostenes não tinha conhecimento.

Na opinião de Demostenes, o ato configura improbidade administrativa, devendo Agaciel ser penalmente responsabilizado.

Para a instauração do inquérito, o senador formalizou uma *notitia criminis*, da qual resultou o Inquérito 6/09 aberto pela Polícia Legislativa.

Em nota à imprensa, a Polícia diz que, “pela gravidade das denúncias e por se tratar, em tese, de fato típico ocorrido nas dependências do Senado”, já iniciou a intimação dos envolvidos para serem ouvidos no inquérito policial.

Está prevista para hoje a tomada

de depoimento de duas testemunhas arroladas por Demostenes.

Amanhã, serão ouvidos a funcionária nomeada por ato secreto, Liz Raquel Monturil Vaz de Souza, e seu pai, Valdeck Vaz de Souza.

Na quinta-feira, está previsto para as 16h o depoimento de Agaciel Maia.

Na condução do inquérito, o diretor da Polícia Legislativa, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, diz que observará o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal.

### Licença

O ex-diretor Agaciel Maia licenciou-se na última quinta-feira por 90 dias. No pedido de licença, ele diz que esse afastamento se faz necessário para a preparação de sua defesa. Afirma também que permanecerá à disposição do Senado para quaisquer esclarecimentos.

## José Nery condena golpe de estado em Honduras

O golpe de estado ocorrido na madrugada do dia 28 em Honduras, que resultou na deposição do presidente eleito Manoel Zelaya, foi repudiado por José Nery (PSOL-PA).

– Nós, que sabemos as consequências de um golpe militar para a história de um país, não poderíamos ter outra atitude a não ser repudiar o golpe dos militares. Os democratas de todo o mundo exigem a retomada da regularidade e da normalidade democrática do país, com o retorno de Manoel Zelaya – afirmou.

O senador leu carta em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outras organizações da sociedade civil criticam o golpe de estado e convocam a população a defender a volta do regime



Moreira Mariz

Nery: sabemos as consequências de um golpe militar para um país

democrático em Honduras.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que o golpe de estado foi criticado pelo presidente Lula, pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e por outras lideranças democráticas.

## Mercadante apresenta moção de repúdio a golpe militar

Aloizio Mercadante apresentou moção de repúdio contra o golpe de Estado ocorrido em Honduras. No texto, o senador condena “com veemência” o atentado à democracia naquele país e ainda conclama os governos de todo o mundo, especialmente os da América Latina, a não reconhecerem o governo “ilegítimo e golpista” então instalado.

Mercadante pediu a realização de uma reunião de emergência do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) para que decidam sobre a continuidade da participação de Honduras no sistema da OEA. O senador também considera necessário o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) ser acionado para debater a questão.

Para Mercadante, apenas pleitos eleitorais realizados nos prazos legalmente previstos são maneira legítima e aceitável de se proceder à alternância de poder. Ele lembrou que o presidente de



Leopoldo Silva

Para Mercadante, todas democracias da América Latina foram afrontadas

Honduras, Manuel Zelaya, foi eleito democraticamente, em pleito legítimo e com lisura, que seu governo foi reconhecido por todos os países do continente. O golpe contra Zelaya, na opinião de Mercadante, foi uma grave afronta a todas as democracias da América Latina. O senador também criticou “os atentados dos golpistas de Honduras contra a imprensa livre”, já que houve corte de sinal de emissoras de televisão e de linhas telefônicas.

## Lançamento da rede LexML desperta interesse do público

Debate no auditório do Interlegis sobre o acesso às bases de dados dos legislativos estaduais e do Distrito Federal despertou o interesse do público para o lançamento do LexML, a rede de informação legislativa e jurídica que será inaugurada hoje, às 10h. Participaram do debate representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE), do INSS, da Câmara Legislativa do DF, da Secretaria de Planejamento e Gestão do DF e de vários ministérios.

Carlos Fernando Mathias de Souza, vice-reitor acadêmico da Universidade do Legislativo (Unilegis), que organizou

o ciclo de conferências sobre o tema, afirmou que as palavras-chave são “parceria” e “integração”. Paulo Lustosa, da Secretaria de Informação e Documentação (Sidoc), que também participa do projeto LexML, salientou a necessidade de os dados serem “confiáveis, acessíveis e de fácil navegação”.

A palestrante Elenice Passos, mestre em Biblioteconomia e servidora da Sidoc, disse ter concluído, após análise das 28 bases de dados dos legislativos estaduais, que elas precisam ser consistentes, confiáveis e atualizadas periodicamente.

Senador cobra do Ministério Público investigação sobre "sistema de troca" de apoio ao governo no Congresso pela liberação de verbas de emendas parlamentares ao Orçamento

## Mozarildo lamenta "barganha para liberação de emendas"

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) cobrou do Ministério Público investigação sobre o sistema de troca de apoios ao governo no Congresso pela liberação de verbas decorrentes de emendas parlamentares ao Orçamento.

O senador leu ontem em Plenário trechos de uma série de matérias jornalísticas que tratam das "barganhas com emendas".

— É inadmissível continuarmos convivendo com essa prática imoral e desonesta. E me impressiona que o Ministério Público não interfira na administração danosa dos recursos públicos — protestou o senador, que lembrou os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência.

Mozarildo explicou que a liberação dos recursos não pode levar em conta o autor da emenda, ou seja, ser pessoal. Também



Mozarildo: há vários depoimentos sobre essa prática imoral e desonesta

não pode ser objeto de barganha, o que a torna imoral.

Em razão dessa "afrenta à Constituição", o senador avisou que vai novamente solicitar aos procuradores que ajam — até porque há, segundo ele, vários depoimentos de parlamentares e autoridades confirmando a existência de barganha.

Conforme as reportagens citadas por Mozarildo, o deputado

Chico Lopes (PCdoB-CE) declarou recentemente a um jornal que "quem libera emendas é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros". De acordo com o deputado, as emendas tornaram-se "moeda de troca". Outro que denunciou a barganha com emendas foi Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), alegando que só têm verbas liberadas "os que rezam pela cartilha do governo federal".

Segundo Mozarildo, o próprio ministro da Justiça, Tarso Genro, confirmou a existência de um "mercado eleitoral" ao defender o fortalecimento dos partidos por meio do financiamento público de campanhas eleitorais e do fim da liberação combinada de emendas.

O senador por Roraima protestou, igualmente, contra a interferência do Poder Executivo no papel do Legislativo ao "abusar" das medidas provisórias.

## Ideli destaca as novas medidas para o Brasil enfrentar a crise

Ideli Salvatti (PT-SC) chamou atenção, em Plenário, para as novas medidas anunciadas ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na área de crédito, com vistas a estimular a economia.

— São medidas relacionadas ao enfrentamento da crise: o que já foi feito e o que está, agora, sendo organizado para continuar enfrentando e superando, aqui no Brasil, de forma eficiente, a crise, gerando emprego, mantendo a produção, mantendo as vendas, fazendo com que o Brasil seja um dos primeiros a sair dessa gravíssima situação que se abate sobre muitos países — disse a senadora.

Além da redução da Taxa de



Senadora afirma que país será um dos primeiros a superar dificuldades

Juros de Longo Prazo para 6% ao ano, foi anunciada uma série de outras flexibilizações no financiamento de bens para as empresas que têm contrato com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

## Papaléo celebra 21 anos do PSDB e lembra o governo FHC

"O PSDB plantou, o Brasil está colhendo", disse Papaléo Paes (PSDB-AP), ao homenagear os 21 anos de existência do Partido da Social Democracia Brasileira, comemorados em 25 de junho. O senador enumerou ações do partido quando o tucano Fernando Henrique Cardoso ocupou a Presidência da República.

Conforme Papaléo, o governo FHC não deve ser lembrado apenas por ter "derrotado a inflação" e editado a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, sobretudo, por ter "adotado a educação como prioridade e levado um atendimento de qualidade, na área da saúde, para a população mais pobre".



Papaléo registra que, na década de 1990, a mortalidade infantil caiu 40%

Segundo o senador, a mortalidade infantil caiu 40% ao longo da década de 1990. Ele também disse que "graças ao ministro da Saúde no governo do PSDB, José Serra, o país começou a produzir medicamentos genéricos".

## Senador encaminhará denúncia contra Funasa

Mozarildo Cavalcanti comunicou ao Plenário que encaminhará ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria-Geral da União (CGU) denúncia que colheu na internet sobre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). De acordo com o senador, uma mesma empresa, chamada G Aciole Distribuidora Ltda. — ME,

teria vencido três pregões da fundação, em Roraima, no valor total de R\$ 377.468.

— Essa empresa é um faz-tudo — criticou Mozarildo, ao citar as funções para as quais ela será contratada, como instalação de pontos telefônicos, serviços de higienização com produtos químicos e manutenção corretiva e preventiva de aparelhos

médico-hospitalares.

O senador disse não poder aceitar, como médico, que o dinheiro que deve ir para a saúde vá beneficiar grupos, sejam eles quais forem.

Segundo o parlamentar, a "Funasa, de modo geral no Brasil, mas, especificamente, no meu estado, é um antro de roubalheira".

## Redução do IPI manteve atividade econômica do país, diz Dornelles

"Caso não tivesse ocorrido a redução da carga tributária, a desaceleração da economia teria sido maior, com efeitos extremamente negativos na geração de emprego e renda e, conseqüentemente, com maior queda da arrecadação."

A análise foi feita por Francisco Dornelles (PP-RJ) ao aplaudir o anúncio do governo de que será prorrogada a redução do IPI para automóveis, linha branca de eletrodomésticos e material de construção. O setor de máquinas e equipamentos também receberá benefícios, e os interessados em comprar caminhões terão empréstimos a

taxas mais baixas do BNDES.

O senador disse que, ao contrário do que apontam alguns analistas, a queda na arrecadação não foi motivada pela desoneração tributária.

— A redução ou isenção das alíquotas do IPI diminuíram a arrecadação desse imposto, mas foram responsáveis pela manutenção da atividade econômica e, conseqüentemente, pela arrecadação de outros impostos e contribuições, o que não teria ocorrido caso os setores beneficiados estivessem em recessão.

Para Dornelles, a perda de arrecadação teria sido bem maior



Para Dornelles, queda na arrecadação não foi motivada pela desoneração

caso o IPI não fosse reduzido e a economia tivesse entrado em regime maior de recessão. A principal preocupação do governo no momento, segundo o parlamentar, deve ser com a manutenção do nível da atividade econômica e com a geração de renda e emprego.

## Ainda não está prevista a instalação da CPI da Petrobras

Não há previsão de que a Comissão Parlamentar Inquérito da Petrobras possa ser instalada hoje, conforme anunciou no dia 17 o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Naquele dia, ele informou ter conversado com o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), e com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), tendo acertado com os dois a data para instalar a comissão.

Contudo, as providências para realizar uma reunião de CPI não foram adotadas. O presidente da comissão tem que avisar à Secretaria de Comissões, da Secretaria-Geral da Mesa, a convocação da reunião com

uma antecedência mínima de 24 horas. Caberia a essa secretaria redigir e distribuir a convocação aos senadores integrantes da CPI, informando o local, o horário e a pauta da reunião.

Segundo a assessoria de Paulo Duque (PMDB-RJ), que preside a CPI em caráter provisório, o senador não determinou ontem que a Secretaria de Comissões fosse acionada para a convocação da reunião. No entanto, caso os líderes do governo e da oposição cheguem a um acordo, é possível que os trâmites burocráticos sejam superados e os integrantes da CPI, convocados por telefone.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Heráclito Fortes • Geraldo Mesquita Júnior

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Uso de energia alternativa, reutilização de água e redução de gás carbônico nas obras de estádios são medidas que poderão ser definidas por grupo de trabalho

## Neutralização de impactos da Copa 2014 sobre o ambiente

NA REUNIÃO DA Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, hoje, às 14h30, o grupo de trabalho do projeto Copa Limpa deverá definir, com representantes de diversos ministérios, uma estratégia de acompanhamento das ações governamentais preparatórias para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a ser realizada no Brasil, com vistas à preservação ambiental.

Foram convidados para participar da reunião representantes dos ministérios dos Esportes, do Turismo, do Meio Ambiente e da Casa Civil da Presidência da

República e, ainda, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Em reunião anterior, a comissão definiu que o grupo de trabalho atuará em conjunto com o que já é coordenado pela Casa Civil – composto por representantes dos ministérios do Meio Ambiente, do Turismo, dos Esportes, do Planejamento e da Fazenda – e terá o apoio da CBF e da Fifa.

### Sustentabilidade

O projeto Copa Limpa prevê uma série de ações de sustentabilidade para a Copa de 2014.

Entre elas, a utilização de energias alternativas, com ênfase na energia solar, a reutilização da água e a redução das emissões de gás carbônico nas obras de construção, reforma e modernização dos estádios.

O Copa Limpa também prevê coleta seletiva de lixo e implementação de projetos de saneamento básico nas cidades envolvidas. Estão também incluídas ações relacionadas à mobilidade urbana, por meio de melhoria dos transportes coletivos, da segurança pública e da qualificação profissional voltada para o turismo.

## Comissão debate estímulo ao uso da energia solar

Em audiência pública, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debate hoje, a partir das 11h30, a adoção de mecanismos para disseminar o emprego da energia solar no Brasil e aumentar sua participação na matriz energética nacional. O requerimento para realização da audiência

é do senador Jefferson Praia (PDT-AM).

Deverão participar do debate o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho; e os superintendentes de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Máximo Luiz Pomper-

meyer, e da Zona Franca de Manaus, Flávia Grosso.

Também foram convidados para a audiência o coordenador do Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico, Rubem Cezar Rodrigues Souza, e o representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, Mozart Siqueira.



Na foto, painel de captação de energia solar, fonte alternativa que será tema de audiência na CMA reunindo especialistas

## Jobim fala à CRE sobre a estratégia de defesa

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, participará amanhã, a partir das 10h, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de audiência pública sobre a Estratégia Nacional de Defesa. Ele deverá esclarecer ainda aos senadores notícias sobre a desativação da base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, em razão de impasse com comunidades quilombolas da região.

Segundo observa o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da CRE e autor do requerimento para discutir o assunto, a Estratégia Nacional de Defesa foi criada por decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 18 de dezembro de 2008.

O decreto determina aos órgãos da administração federal que considerem, em seus pla-



Jobim também tratará da Base de Alcântara

nejamentos, ações destinadas ao fortalecimento da defesa nacional. O objetivo é modernizar a estrutura nacional de defesa, com ênfase na reorganização das Forças Armadas, com a reestruturação da indústria brasileira de material de defe-

sa e com uma política de composição de seus efetivos.

O debate sobre a situação da Base de Alcântara foi proposto pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

### Embaixadas

Na segunda parte da reunião, a CRE deve examinar duas mensagens presidenciais com indicações de embaixadores. O diplomata Alfredo

Cesar Martinho Leoni é indicado para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Paquistão e, cumulativamente, Tadjiquistão e Afeganistão. Para a embaixada de Bangladesh, o indicado é o diplomata Ricardo Luiz Viana de Carvalho.



Comissão de Educação examinará emenda feita pela Câmara a projeto do Senado

## Informação escolar a pai ou mãe que não têm a guarda de filho

O pai ou a mãe que não vivem com o filho poderão ter direito legal a receber informações escolares sobre o estudante. É o que estabelece projeto (PLS 218/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que voltou à Comissão de Educação (CE) para exame de emenda apresentada pela Câmara dos Deputados. O relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), aceitou a sugestão e emitiu parecer favorável à emenda.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já define a obrigatoriedade de a instituição de ensino informar aos pais e responsáveis legais pela criança ou adolescente sobre a vida escolar do aluno. A novidade da proposição está em estender esse direito ao pai ou à mãe com quem a criança não resida regularmente.

Na justificativa, Cristovam lembra que o pai ou a mãe não

guardiões, além de permanecerem titular do poder familiar, conservam faculdades e obrigações de importância para a relação entre pais e filhos, entre as quais cabe destacar a fiscalização da manutenção do filho e sua educação.

Além dessa matéria, a CE tem outros 22 itens na pauta da reunião de hoje, às 10h, como a proposta do então senador Roberto Saturnino (PLS 332/06) que inclui os projetos de aprimoramento profissional para áreas do audiovisual entre os beneficiários do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).

Consta ainda da pauta projeto da Câmara que fixa critério para a instituição de datas comemorativas, de maneira a obrigar que o motivo de homenagem seja de alta significação para os segmentos profissionais, religiosos, culturais e étnicos da sociedade brasileira.

## Despesa de pedágio poderá ser deduzida no Imposto de Renda

As despesas pagas com pedágio em rodovias federais poderão passar a ser deduzidas do Imposto de Renda (IR). A proposta, que vale tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas, está na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) desta quinta-feira. Conforme o projeto (PLS 37/09), do senador Expedito Júnior (PR-RO), o contribuinte deverá deduzir do IR despesas com pedágios até 80% do valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) pago no ano-base.

Segundo justifica Expedito, o cidadão acaba sendo duplamente onerado com o pagamento do pedágio, pois já tem que arcar com o IPVA, imposto criado para ajudar na manutenção das vias públicas.

A CI deve apreciar ainda na quinta-feira texto substitutivo à proposta (PLS 504/07) de An-

tônio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei 11.445/07), visando incentivar a economia no consumo de água.

Outro projeto (PLS 597/07) da pauta, de autoria de Marconi Perillo (PSDB-GO), isenta da Cide o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia.

Também está na agenda da CI proposta (PLS 186/09) da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que revoga a exigência de devolução, a cada ano, de 20% dos militares da Aeronáutica em exercício na Anac.

Antes da análise da pauta, a Comissão de Infraestrutura realizará audiência pública para discutir a conclusão do Porto de Luís Correia (PI), bem como a possibilidade de incluir essa obra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Estímulo a economia de água será analisado pela Comissão de Infraestrutura

Recursos deverão financiar atualização e ampliação das políticas de sustentabilidade ambiental. Operação faz parte das medidas de combate aos efeitos internos da crise

# Na pauta da CMO, repasse de R\$ 4,99 bilhões ao BNDES

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) deve examinar amanhã projeto com pedido de autorização de crédito especial de quase R\$ 4,99 bilhões para repasse ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em favor de programa de encargos financeiros da União.

O relator do projeto (PL 9/09 – CN), deputado Assis do Couto (PT-PR), esclarece que os recursos, em parte decorrentes de captação externa, vão financiar a atualização e a ampliação das políticas de sustentabilidade ambiental do país. O relator informa ainda que a operação faz parte das políticas de combate aos efeitos internos da crise financeira global. Um montante correspondente a US\$ 2 bilhões foi levantado no Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird).

Segundo o deputado, a União já havia sido autorizada a repassar essa parcela ao BNDES desde o ano passado, por meio da MP 450/08. Ações visando à melhoria do sistema de licenciamento ambiental, ao combate ao desmatamento e à desertificação, ao controle da poluição e à revitalização de bacias hidrográficas

estão entre as que podem ser atendidas com os recursos.

A pauta da reunião, com 21 proposições, inclui ainda um segundo projeto de crédito orçamentário (PL 12/09 – CN), no valor de R\$ 638,6 milhões. Os recursos vão suplementar ações da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e dos ministérios dos Transportes e das Cidades. O relator, Lobão Filho (PMDB-MA), acatou nove das 169 emendas propostas pelos parlamentares

Consta também da pauta o exame de ofícios com relatórios de gestão fiscal de diversos órgãos federais, demonstrações financeiras do Banco Central e

avisos relativos a auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU). Há ainda três requerimentos para audiências, um dos quais propõe que o governo detalhe o orçamento do programa Minha Casa, Minha Vida.

## LDO

A previsão é de que hoje o relator do projeto da LDO para 2010, deputado Wellington Roberto (PR-PB), apresente o relatório final com o exame da matéria. Na próxima semana, a proposta deverá ser lida e debatida pelos integrantes do colegiado. Aprovado pela CMO, o texto seguirá para decisão final em sessão do Congresso.



O relatório final do projeto da LDO para 2010 deve ser apresentado hoje na CMO



Propostas de Zambiasi que a CDR deve votar amanhã beneficiam Itaqui e São Borja

## Comissão analisa criação de duas ZPEs no Rio Grande do Sul

Duas propostas de criação de zonas de processamento de exportação (ZPEs) em municípios do Rio Grande do Sul poderão ser votadas amanhã pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A primeira prevê a criação de uma ZPE no município de São Borja e a segunda, no município de Itaqui. As ZPEs são distritos industriais nos quais é concedida a suspensão de impostos para empresas que exportem pelo menos 80% de sua produção.

Para o autor das propostas (PLS 130/09 e 155/09), senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), a localização dos municípios de São Borja e Itaqui, na fronteira com a Argentina, favorece a exportação de produtos, atendendo a requisito previsto na Lei 11.508/07, que regulamenta as ZPEs. Ele considera que os incentivos previstos contribuirão

para dinamizar a economia da região e lembra as condições favoráveis dos municípios para o escoamento de bens para países do Mercosul.

No que diz respeito a São Borja, Zambiasi destaca a existência do Centro Unificado de Fronteira, junto à Ponte da Integração, o que contribui “para reduzir o tempo para despacho aduaneiro, facilitando a colocação de produtos no mercado internacional”. No mesmo sentido, ele lembra que há em Itaqui um porto “com movimentação significativa de cargas para exportação e importação”.

As propostas receberam voto favorável dos relatores, senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS). Após a votação na CDR, os projetos seguem para exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terão decisão terminativa.

## SEGURO-DESEMPREGO

“Sou pedreiro e sinto orgulho do que faço. Na minha profissão, sempre que termina uma obra ficamos sem trabalho. O seguro-desemprego é fundamental para mim. Ajuda a pagar as contas e pôr comida dentro de casa. Da mesma forma que me orgulho das coisas que faço, creio que o Congresso também se orgulha de ter beneficiado tanta gente sofrida do nosso país”

Antônio Rodrigues da Silva Filho, 37 anos  
trabalhador da construção civil

Criado durante o Plano Cruzado e regulamentado pelo Congresso Nacional em 1990, o seguro-desemprego assegura assistência financeira ao trabalhador desempregado demitido sem justa causa.

**Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.**